



Relatório

2.º ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA

"PROTEÇÃO CIVIL"

DE CIDADES UCCLA



SUMÁRIO

I.	CONTEXTUALIZAÇÃO	3
II.	CIDADES PARTICIPANTES.....	4
III.	PROGRAMA DO ENCONTRO	5
IV.	AGRADECIMENTO	7
V.	DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E TEMAS APRESENTADOS	8
VI.	CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO	31



I. CONTEXTUALIZAÇÃO

À semelhança do que aconteceu na cidade da Praia, em Outubro 2011 foi realizado, nos dias 10 e 11 de Outubro, no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, o SEGUNDO ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA “PROTEÇÃO CIVIL”, organizado pelas Câmaras Municipais da Praia (cidade guia) e Lisboa, sob a coordenação da União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), no qual estiveram presentes representantes de cidades de Portugal, Angola, Moçambique, China e Cabo Verde.

Os encontros técnicos anuais previstos no plano de atividades da rede para o triénio 2011/2013, elaborado na cidade da Praia, em Abril de 2011 coincidem com o dia Internacional para a Redução de Catástrofes Naturais que se comemora, na segunda quarta-feira do mês de Outubro de cada ano.

Na sequência dos encontros ocorridos nas cidades da Praia e Lisboa, 2011 e 2012, respetivamente, está prevista a realização do próximo em Outubro de 2013 no Município de Huambo, em Angola.

O Encontro teve como principais objetivos:

- proporcionar a partilha de conhecimentos e a troca de experiências entre técnicos membros da rede;
- estabelecer formas e mecanismos de cooperação no âmbito da rede “Proteção Civil”.
- *promover a aproximação de instituições e de técnicos associados à “Proteção Civil”.*

II. CIDADES PARTICIPANTES

CIDADE	PAÍS
 C.M. DE LISBOA	PORTUGAL
 C.M. DE CASCAIS	
 C.M. DE TORRES NOVAS	
 C.M. DE OEIRAS	
 C.M. DE ALMADA	
 C.M. COIMBRA	
 C.M. DE TAVIRA	
 SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL DA MADEIRA	
 PROVÍNCIA DE HUAMBO	ANGOLA
 CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO	MOÇAMBIQUE
 DELEGAÇÃO ECONÓMICA E COMERCIAL DE MACAU	CHINA
 C. M. PRAIA (Cidade-Guia)	CABO VERDE
 C. M. SANTA CATARINA DE SANTIAGO	
 C. M. TARRAFAL DE SÃO NICOLAU	
 C.M. BOAVISTA	
 C.M. TARRAFAL DE SANTIAGO	
 C. M. CALHETA SÃO MIGUEL	
 C. M. SÃO DOMINGOS	
 C.M. SANTA CATARINA DO FOGO	
 UNIVERSIDADE DE CABO VERDE	
 UNIÃO DE CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA (UCCLA) - Coordenação	PORTUGAL



III. PROGRAMA DO ENCONTRO

HORA	ACTIVIDADES
Período Manhã	Quarta-feira, 10 de Outubro de 2012
9H00 – 9H30	Receção dos Participantes
09H00 – 10H15	Sessão de Abertura <i>Eng.º Miguel Anacoreta Correia – Secretário-geral da UCCLA</i> <i>Dr. Manuel Brito – Vereador da Câmara Municipal de Lisboa</i> <i>Dr. José Ulisses Correia e Silva – Presidente da Câmara Municipal da Praia</i>
10H15 – 11H00	Tema 1: O Planeamento Urbano e o risco Orador: Investigador e Professor João Appleton
11H00 – 11H30	Intervalo
11H30 – 12H15	Tema 2: Planeamento Urbano na Gestão dos Riscos Naturais: estudo de caso do bairro da Jamaica e Água Funda” Orador: Hermelindo Fernandes – UniCV
12H15 – 12H30	Debate
12H30 – 14H30	Almoço Livre
Período Tarde	Quarta-feira, 10 de Outubro de 2011
14H30 – 15H30	Tema 3: O Incêndio Florestal na Região Autónoma da Madeira em Julho de 2012. A Intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional Regional e a coordenação das operações através do comando Regional das Operações de socorro. Orador: Luís Manuel Neri – Serviço Regional de Protecção Civil Madeira
	Tema 4: Resposta do Serviço Municipal de Protecção Civil de Tavira ao Incêndio de Julho Orador: Miguel Silva – Serviço Regional de Protecção Civil de Tavira
15H30-15H45	Debate
15H45 – 18H00	Visita Técnica Sala de Operações Conjunta (SALOC)

* * *



HORA	ACTIVIDADES
Período Manhã	Quinta-feira, 11 de Outubro de 2011
9H30 – 10H15	<p>Tema 5: Requalificação da Encosta de Vila Nova: uma medida estrutural na mitigação de riscos de cheias na cidade da Praia</p> <p>Orador: Celestino Barbosa Afonso – Câmara Municipal da Praia</p>
10H15 – 11H00	<p>Tema 6: Contributos da Proteção Civil da Câmara de Torres Novas no âmbito da geminação com o Município da Ribeira Grande de Santo Antão</p> <p>Orador: António Rodrigues- Câmara Municipal de Torres Novas</p>
11H00 – 11H15	Intervalo
11H15 – 12H00	<p>Tema 7: Riscos Costeiros e as Vulnerabilidades costeiras</p> <p>Orador: Carlos Estibeira – Câmara Municipal de Cascais</p>
12H30 – 14H30	Debate
12H30 – 14H30	Almoço Livre
Período Tarde	Quinta-feira, 11 de Outubro de 2011
14H30 – 15H15	<p>Tema 8: Voluntariado em Proteção Civil: preparação da população para a emergência</p> <p>Oradora: Sofia Baltazar – Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa</p>
15H15 – 16H00	<p>Tema 9: Avaliação do risco Sísmico na Cidade de Maputo</p> <p>Orador: Sulemane Mamad</p>
16H00 – 16H30	Intervalo
16H30 – 17H00	<p>Tema 10: Construções? Suas implicações</p> <p>Orador: José Marcelino – Administração Municipal do Huambo</p>
17H15 – 17H30	Debate
17H30 – 18H00	<p>Sessão de encerramento/Conclusão dos trabalhos</p> <p>Eng.º Miguel Anacoreta Correia – Secretário-geral da UCCLA</p> <p>Dr. Manuel Brito – Vereador da Câmara Municipal de Lisboa</p> <p>Dr. José Ulisses Correia e Silva – Presidente da Câmara Municipal da Praia</p>



IV. AGRADECIMENTO

Merecem destaque especial, pela valiosa colaboração que asseguraram na realização dos objetivos do Encontro, algumas entidades, em particular:

- União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), coordenação e apoio prestado;
- Câmaras/Entidades discriminadas na tabela do ponto II, pela resposta e colaboração prestada;
- Diversos departamentos da Câmara Municipal da Praia, particularmente, Direcção do Gabinete de Presidente e Gabinete de Comunicação.
- Diversos departamentos da Câmara Municipal de Lisboa, especialmente, Departamento Municipal de Proteção Civil.

V. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E TEMAS APRESENTADOS

A Mesa da Cerimónia de Abertura Oficial do evento, presidida por Sua Excelência o Senhor Vereador de Proteção Civil, Dr. Manuel Brito, o qual, em representação ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, abriu oficialmente o Encontro, contou igualmente com as presenças de Suas Excelências, Eng.º Miguel Anacoreta Correia – Secretário-Geral da UCCLA e Dr. José Ulisses Correia e Silva – Presidente da Câmara Municipal da Praia.

Após a apresentação de boas vindas aos participantes e das palavras proferidas no acto de abertura pelos elementos da Mesa, com destaque para a referência às principais características da Rede, expectativas que lhe estão associadas, apoio e envolvimento esperados por parte dos Municípios que a integram, iniciaram-se os trabalhos do 2.º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil” relativos ao painel I.



DIA 10 DE OUTUBRO DE 2012 – PERIODO DE MANHÃ

TEMA	ORADOR (ES)
O Planeamento Urbano e o Risco	Investigador e Professor João Appleton
Planeamento Urbano na Gestão dos Riscos Naturais: estudo de caso do bairro da Jamaica e Água Funda	Dr. Hermelindo Fernandes - UNICV

"A primeira apresentação, feita pelo Engenheiro João Appleton, incidiu sobre o Planeamento Urbano e o Risco; como melhor exemplo de um caso em que estas questões estão claramente associadas, entendeu-se dar especial ênfase ao exemplo da cidade de Lisboa e ao terramoto de 1 de Novembro de 1755, que destruiu parcialmente esta cidade e deu origem à mais importante operação de planeamento urbano realizada até então em Portugal, associada de forma muito impressionante, à percepção e gestão do risco. Este terramoto contém em si mesmo e em grau significativo o conjunto mais relevante de riscos que estão associados às próprias edificações e à construção e desenvolvimento das cidades, quando sujeitas a sismos de grande magnitude (grau 9 ou superior na escala de Richter, dos mais violentos que alguma vez atingiram zonas urbanas densamente habitadas. Associado ao mesmo, ocorreu na sua imediata sequência ou entre os vários abalos, um tsunami, cujo impacto sobre Lisboa foi menor do que, por exemplo, em Lagos, sendo “amortecido” pela maior distância do epicentro à cidade e, também, pela circunstância de haver este extenso mar, que é o rio Tejo. Lisboa revelou, na dimensão e natureza da destruição sofrida, fragilidades que colocaram em evidência a vulnerabilidade da cidade, em muitos aspetos relacionados com o seu planeamento e com a própria construção, revelados pelo dimensão do incêndio ocorrido na

sequência das réplicas do sismo que destruiu cerca de 1/3 da cidade, devendo notar-se que as consequências dos diversos incêndios, espontâneos ou criminosamente provocados, foram muito mais avassaladoras, sobretudo no que se refere à brutal perda de riqueza de uma cidade que era ainda das mais ricas da Europa.

Na sequência do cataclismo colocou-se um outro problema, de especial importância, que reclamou intervenção urgente e eficaz, relacionado com os riscos para a segurança de pessoas e bens que se seguem a uma tal catástrofe, quando a desorganização e o terror imperam, e quando tudo falta, desde o socorro imediato ao abastecimento mínimo.

Não obstante Portugal dispor no séc. XVI de conhecimentos de engenharia militar que possibilitaram a construção de fortificações ao longo do Brasil e da costa de África até à Índia e ao Extremo Oriente, um maior e mais completo grau de conhecimento e competência só a criação da escola de engenharia militar nos séculos XVII e XVIII pode produzir, nomeadamente no que se refere à Aula de Fortificações.

É nessa fase, em 1728, que Manuel de Azevedo Fortes escreveu uma das primeiras obras, sobre a engenharia em Portugal (O Engenheiro Português), trabalho que resulta precisamente daquilo que ele ensinava na Aula de Fortificações. A excepcional qualidade técnica desta geração de engenheiros e arquitetos está ainda patente em Manuel da Maia, sargento-mor designado para a direção dos trabalhos de reconstrução, o qual produziu um documento fundamental definidor de um pensamento urbanístico, uma dissertação essencial sobre a reconstrução da cidade de Lisboa, abordando o problema da insegurança das pessoas e mostrando diferentes tipos de preocupação, nomeadamente de natureza sísmica, mas também em relação aos riscos de incêndio e até evidenciando preocupações em relação a medidas integráveis no que hoje se designa por proteção civil, quando manifesta a necessidade de cuidar que com qualquer outro terramoto, não se corra o risco de ficar com a cidade obstruída pelos seus próprios escombros, inviabilizando o socorro aos que dele necessitariam.

Esta dissertação descreve um conjunto de preocupações de planeamento urbano, destinado a dar às pessoas maior segurança e melhores condições de vida, sendo que foram muitas as dificuldades sentidas para a reconstrução da cidade.

Muito mais tarde, já a partir dos finais do século XIX, são elaboradas as primeiras cartas de risco sísmico de Lisboa através do cruzamento entre a natureza e a qualidade do solo e a análise das consequências do terramoto, ao mesmo tempo que se dava destaque às soluções construtivas adotadas na reconstrução da cidade de Lisboa, através da crescente relevância dada ao que hoje se designa correntemente por construção pombalina.

Destaca-se, no início do séc. XX um grande estudioso, Luís Pereira de Sousa, o qual procedeu à recolha e tratamento da informação existente, a partir das respostas obtidas, primeiro, ao chamado Inquérito do Marquês de Pombal e depois nas Memórias Paroquiais, cruzando essa mesma informação com estudos de demografia e de geologia, dando corpo ao mapeamento do risco sísmico praticamente do país inteiro.

Para finalizar a apresentação o Engenheiro João Appleton referiu a relação entre a mitigação dos riscos e as intervenções em zonas consolidadas, e mencionou como preocupante a ocorrência que se verifica da desertificação do centro de Lisboa, alertando para que, quando o centro da cidade fica abandonado se torna muito inseguro, pelo que uma ideia que deve estar por de trás da reabilitação, deve ser a da reabilitação, ou seja, voltar a ocupar os espaços que ficaram vazios, sendo, para tanto, indispensável que se transmita às pessoas um sentimento de segurança. É ainda fundamental que as operações de reabilitação urbana possam, por um lado, ter escala e, por outro, tem necessariamente que cuidar da componente estrutural a fim de salvaguardar os objetivos estabelecidos."

* * *

A apresentação do segundo tema da manhã, “Planeamento urbano na gestão dos riscos naturais: estudo de caso do bairro da Jamaica e Água Funda”, esteve a cargo do Geógrafo Hermelindo Tavares.

Cabo Verde tem tido nos últimos anos um crescimento populacional muito significativo, sendo a Cidade da Praia o maior centro urbano do país no qual se concentram grande parte dos ativos económicos, o que explica um grande fluxo populacional e um crescimento demográfico muito acelerado.

Devido a este crescimento torna-se difícil criar políticas sobre programas habitacionais do território para dar resposta à procura de habitação e como consequência os bairros espontâneos tendem a proliferar pelas periferias da capital sem qualquer tipo de planeamento e com infraestruturas deficitárias, o que torna essas populações vulneráveis. O estudo efectuado nestes dois bairros teve por finalidade verificar como se comportam as populações face aos riscos naturais na ausência de planeamento.

Os maiores problemas apontados pelo autor do estudo são, a forte crescente demográfica em áreas de risco, como as construções nas encostas e em linhas de água.

A população que habita estes locais é jovem e pouco instruída, tendo apenas 54% da população frequentado o ensino básico, pelo que existe uma taxa de desemprego elevada. Quanto se trata de riscos naturais a idade das pessoas é muito importante sobretudo no que se refere à perceção dos riscos. Quanto às condições habitacionais, estes bairros, apresentam uma realidade bastante preocupante, sendo a maioria construções de blocos, mas com revestimento de plástico existindo também “barracas” de madeira e de metais. Não existem infraestruturas, nem

eletrificação nas casas. O acesso faz-se através de uma estrada de terra batida em mau estado, o abastecimento de água é feito em autotanques privados mas apenas para a população que já possui algum rendimento, as pessoas mais pobres tem que se deslocar a zonas distantes para obterem água.

Em suma, os bairros da Jamaica e Água Funda apareceram sem qualquer tipo de planeamento, localizados em encostas declivosas e muitas habitações na linha de água. Tendo em conta os riscos existentes, decidiu-se criar uma carta de condicionantes, para servir de suporte a uma outra que foi utilizada como base deste trabalho. Para isso foram levados em consideração três aspectos: o declive do terreno, a geologia (sobretudo as áreas onde existem fracturas nas rochas) e as linhas de água.

Na análise destes bairros e dos riscos existentes a solução proposta pelo geógrafo foi a requalificação destes bairros, principalmente para fazer face ao risco de inundações. Nas áreas susceptíveis a movimentos de vertente a solução indicada foi deixá-la para conservação, e na parte mais declivosa do bairro propôs como solução a reflorestação da área e por fim a identificação de algumas habitações que devem ser demolidas e a sua inserção em áreas mais planas. No entanto existe a necessidade de adoptar outras medidas não estruturais em complemento das estruturais que se pretendem alcançar.

Como medidas não estruturais considerou-se a sensibilização da população, divulgação dos números de emergência que estão ligados à protecção civil, realização de exercícios de simulação e legalizar as habitações que estão construídas em áreas favorecidas. Existe pois, a necessidade de controlar o crescimento desequilibrado da cidade da Praia, criando planos de ordenamento do território, mecanismo para prevenir os riscos e reforçando o serviço de fiscalização.


DIA 10 DE OUTUBRO DE 2011 – PERÍODO DA TARDE

TEMA	ORADOR (ES)
O Incêndio Florestal na Região Autónoma da Madeira em Julho de 2012. A intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional Regional e a coordenação das operações através do comando Regional das Operações de socorro.	Coronel Luís Manuel Neri – Serviço Regional de Proteção Civil Madeira
Resposta do Serviço Municipal de Proteção Civil de Tavira ao Incêndio de Julho	Sr. Miguel Silva – Comandante do Serviço Regional de Proteção Civil de Tavira

Feitas as apresentações dos oradores da mesa constituinte do II Painel, o Coronel Luís Manuel Neri usou da palavra para apresentar o tema relativo ao “*Incêndio Florestal na Região Autónoma da Madeira em Julho de 2012. A intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional Regional e a coordenação das operações através do comando Regional das Operações de socorro.*”

Em primeiro lugar fez referência à organização da Proteção Civil na Madeira, para melhor compreensão de algumas opções que foram tomadas na situação de incêndio que ocorreu nessa região.

Desde 2009 que existe um enquadramento legislativo próprio da proteção civil, fruto da lei de bases da proteção civil, da lei que organizou a protecção civil a nível municipal e também do sistema integrado de operações de protecção e socorro. Todos esses documentos que foram produzidos pelo Governo tiveram depois a sua adaptação na região autónoma através de um decreto legislativo regional n.º 16 de 2009 que permite organizar a proteção civil na região, identificar os seus agentes e estruturar a protecção civil em dois patamares: um municipal e o outro regional e identificar também quem tem responsabilidade nesta matéria.

O serviço de proteção civil da Madeira é um serviço público com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, responsável pela área de socorro e emergência incluindo o socorro pré-hospitalar. Em termos de organização existe a estrutura organizativa e a estrutura operacional.

Em termos de estrutura operacional há um comando operacional permanente, 24 horas por dia e em termos de acidentes graves ou catástrofes há o centro de coordenação operacional regional que engloba um conjunto de entidades que são, consoante as situações, reunidas para elas próprios poderem disponibilizar os meios a serem utilizados pelo comando operacional. Foi o que se passou em Junho de 2012 no incêndio mencionado.

Em termos de organização do dispositivo foi tido em conta um conjunto de riscos reconhecidos e visíveis na região autónoma, riscos que estão associados ao desenvolvimento, riscos de origem natural e riscos de origem antrópica ou mista.

O serviço está localizado no Funchal, existe uma delegação regional da Cruz Vermelha Portuguesa, duas corporações de bombeiros, ambas elas mistas, ou seja, uma corporação totalmente profissional, a dos bombeiros municipais do Funchal, sendo a outra de cariz associativo, a dos bombeiros voluntários madeirenses.

Em termos operacionais a corporação tem como responsabilidade primária intervir no próprio concelho e depois quando é necessário dar colaboração à corporação vizinha será alvo de tratamento ao nível do comando regional das operações de socorro.

Há dois concelhos que não tem corpos de bombeiros, Porto Moniz e Ponta do Sol, mas a corporação de Ribeira Brava e São Vicente tem como responsabilidade intervir quando necessário naqueles concelhos.

Através dos projectos comunitários foi possível a aquisição de vários equipamentos como viaturas, equipamentos de proteção individual, equipamentos de comunicação, entre outros. Foi realizado um projecto de sensibilização que abrangeu alunos, professores, pais e encarregados de educação e a população em geral, da região autónoma.

Passou depois à apresentação do teatro de operações utilizado no incêndio que ocorreu na Madeira. O principal objectivo foi preservar a vida humana, as habitações, infra-estruturas que de certo modo são estratégicas para a região e preservar também o meio florestal, em particular zonas protegidas.

O incêndio teve origem numa ponta da ilha, mas por razões derivadas às temperaturas altíssimas, humidade relativa perto de zero e ocorrência de picos de ventos, o incêndio estendeu-se por toda a costa sul da ilha. Durante essa semana registaram-se 344 ignições, sendo o concelho de Santa Cruz e Calheta os mais críticos.

A organização do teatro de operações foi dividida em vários concelhos consoante a gravidade de cada uma das situações. Assim, Santa Cruz e Calheta tiveram montado o teatro de operações toda a semana, Funchal durante dois dias e Porto Moniz nos últimos três dias. A coordenação foi sempre feita no Comando Regional das Operações de Socorro, tendo sido utilizados cerca de 677 viaturas e cerca 2215 recursos humanos durante esse período.

Os intervenientes destas operações foram os corpos de bombeiros, Cruz Vermelha Portuguesa, como reforço a força operacional conjunta cerca de 85 pessoas, equipas médicas de intervenção rápida, corpo da polícia florestal,



empresa de serviços de bombeiros, observatório meteorológico permanentemente em comunicação, forças armadas, e também empresas privadas de abastecimento de água.

* * *

O segundo tema da tarde foi apresentado pelo Comandante Miguel Silva, do Serviço Municipal de Proteção Civil de Tavira que falou sobre a “Resposta do Serviço Municipal de Proteção Civil de Tavira ao Incêndio de Julho”.

O objetivo da apresentação foi dar a conhecer a resposta do Serviço Municipal de Proteção Civil ao Incêndio que ocorreu em Tavira, até hoje, o maior incêndio registado neste concelho.

Tavira fica localizada na região do Algarve e tem uma área total de 611km², uma população de cerca de 26.000 habitantes e é composta por 9 freguesias.

A nível de prevenção nas florestas têm sido feitos vários aceiros, de que são exemplo o aceiro dos Morenos que envolve a aldeia de Cachopo, o aceiro da Alcaria de Cume até ao monte da Ribeira. Têm sido também desenvolvidas atividades de prevenção junto da população com a elaboração de folhetos e ações de sensibilização para a população e escolas.

O incêndio ocorreu no dia 18 de Julho e iniciou-se na localidade de Catraia, freguesia de Cachopo, a cerca de 40 km da cidade de Tavira cujo percurso demora cerca de 45 minutos.

O alerta foi dado às 14:10 horas e foram acionados os seguintes meios:

- helicóptero de ataque inicial, estacionado no Heliporto de Cachopo e Triangulação;
- veículo VLCl e respetiva guarnição da seção do Corpo de Bombeiros Municipais de Tavira sediada, em Cachopo e GRIF do Algarve;
- helicóptero bombardeiro pesado de Loulé e os grupos de reforço de Beja e Évora.

Às 15:30 horas, cerca de uma hora depois, o incêndio apresentava já três frentes, tendo entretanto, o Comandante Miguel assumido o comando das operações.

Por volta das 17:30 horas foi montado Posto de Comando Operacional (PCO) no Pavilhão Polidesportivo de Cachopo e o CODIS de Faro assume a função de COS. Neste momento chega ao local o Presidente CMT. Uma hora depois, às 18:30, o incêndio já tinha progredido para quatro frentes ativas. Às 18:55h o Serviço Municipal de

Proteção Civil coloca a operar no terreno a primeira máquina de rasto para apoiar nas operações de extinção do incêndio.

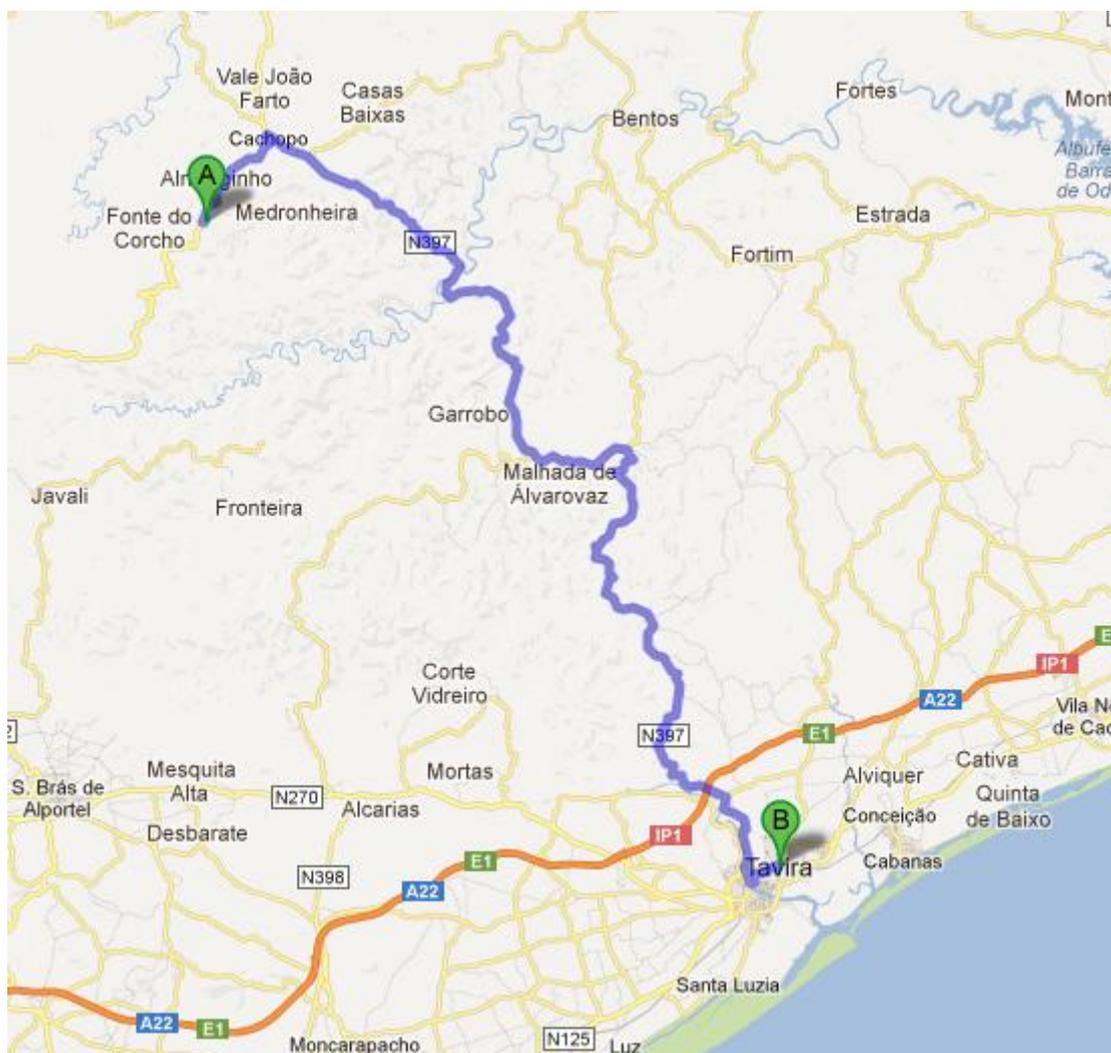


Ilustração 1: Percurso Catraia (Cachopo) – A | Tavira - B

No dia seguinte o Serviço Municipal de Proteção Civil coloca no terreno mais duas máquinas de rasto, foi também enviado para o terreno uma equipa de apoio psicossocial e uma equipa de mecânicos.

Atendendo à dimensão do incêndio foi convocado por o Presidente da CMT uma reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil com o objetivo de acionar o Plano Municipal de Emergência.

Foi feito um voo de reconhecimento com o Comandante das Operações de Socorro e alguns técnicos da Autoridade Nacional de Proteção Civil de que resultou a indicação de que o fogo estaria controlado nessa mesma tarde/início da noite. Depois dessa informação o Presidente da CMT decidiu não ativar o Plano Municipal de Emergência.



Nessa tarde o incêndio acabou por evoluir de uma maneira fora do comum o que levou, por volta das 3:00 horas, o Ministro da Administração Interna, o Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e o Presidente da CMT a encontrarem-se no posto de comando para um briefing com o comandante das operações e todos os elementos presentes. O Serviço Municipal de Proteção Civil auxiliou a retirada dos residentes, das localidades de Feiteira e Castelão (Freguesia de Cachopo), para o Centro Comunitário Nossa Sr.^a da Conceição, no Concelho de Loulé.

O incêndio provocou cerca de 26 mil hectares de área ardida, 61% mato, 14% produção agrícola, 22% povoamentos florestais. Foi também feito um levantamento permanente das necessidades da população, no terreno encontrava-se uma equipa multidisciplinar para elaborar o levantamento de perdas ao nível do equipamento/edificado e aplicação de inquérito promovido pelo Instituto Nacional de Estatística.

Foi feita distribuição de bens alimentares junto da população lesada e bombeiros no terreno e campanha de solidariedade através da abertura de uma conta bancária destinada a minimizar as perdas registadas e auxiliar as famílias afectadas. Como meios envolvidos tiveram 2750 operacionais, mais de 200 veículos, 17 aeronaves, 10 máquinas de rasto, 10 pelotões militares e uma equipa GAUF.

DIA 11 DE OUTUBRO DE 2012 – PERÍODO DE MANHÃ

TEMA	ORADOR (ES)
Requalificação da encosta de Vila Nova: uma medida estrutural na mitigação de riscos de cheias na cidade da Praia	Dr. Celestino Barbosa Afonso – Câmara Municipal da Praia
Contributos da Proteção civil da Câmara de Torres Novas no âmbito da geminação com o Município da Ribeira Grande de Santo Antão	Dr. António Rodrigues- Câmara Municipal de Torres Novas
Riscos Costeiros e as Vulnerabilidades Costeiras	Dr. Carlos Estibeira – Câmara Municipal de Cascais

No segundo dia do encontro, os trabalhos começaram com a *“Requalificação da Encosta de Vila Nova: uma medida estrutural na mitigação de riscos de cheias e inundações na cidade da Praia”*, que esteve sob a responsabilidade do Dr. Celestino Barbosa Afonso da Câmara Municipal da Praia.

Nesta apresentação foram focados três pontos fundamentais, sendo primeiro a localização geográfica de Cabo Verde, segundo, enquadramento e caracterização do bairro em estudo e o terceiro faz referência ao projeto hidrológico/hidráulico da encosta de Vila Nova.

A área em estudo, Bairro de Vila Nova, fica situada a sul da ilha de Santiago, na cidade da Praia. Foram apresentadas as características do Bairro de Vila Nova, tendo em vista a sua melhor perceção. Este bairro não tem ligação a água domiciliária, ligação de rede de esgotos, nem acesso a viaturas. Cerca de 16% das habitações estão degradadas, 16% da população residente tem acesso à electricidade, 27% tem casas de banho, 36% das habitações encontram-se inacabadas, 18% das habitações estão concluídas, mas sem pinturas e 18% dos edifícios ainda estão em construção. É um bairro de origem espontânea que ocupa toda a encosta, com construções precárias e densas, devido a inexistência de planificação, o que implica a falta de infraestruturas básicas. Em termos geomorfológicos a cidade possui zonas de encostas/vertentes com forte declive, vales e achadas. Segundo a carta topográfica existente, a altura máxima da bacia hidrográfica é de 90 metros e a altitude mínima é de 14 metros.

O projecto para a requalificação da encosta de Vila Nova, pertence à Câmara Municipal da Praia, com o objectivo de melhorar as habitações, construção de canais de drenagem de águas pluviais, ligação domiciliárias de água, ligação domiciliárias de esgotos, construção de dois sanitários públicos, iluminação e calcetamento. Neste estudo, a área da encosta de Vila Nova possui 44 hectares, foi dividida em sete sub-bacias hidrográficas por corresponderem as sete

principais linhas de água existentes, responsável pela inundação do bairro. Na estrada de Vila Nova será construída lateralmente um canal de 930 metros de comprimento, que canalizará os escoamentos superficiais provenientes dos canais das encostas.

Outras medidas complementares que serão realizadas são as seguintes:

- Escadas de água (canaletas) visando reduzir a velocidade das águas superficiais;
- Dispositivos de drenagem subterrânea, para infiltração de escoamentos;
- Adução da água dos telhados para cisternas;
- Murro de gabião para contenção dos sedimentos;
- Grelhas (bocas de lobo) nas ruas da encosta, com abertura para a estrada principal deste bairro, que não apresentam canais de drenagem.

Em conclusão pode-se dizer que as medidas estruturais acarretam custos elevados, mas a implementação do projeto contribui para melhoria de qualidade de vida e auto-estima das pessoas e minimização do risco de cheias no bairro de Vila Nova. Este, de certeza é um excelente modelo a seguir, para os demais bairros espontâneos desta cidade e os de nível nacional.

* * *

De seguida tomou a palavra o Dr. António Rodrigues da Câmara Municipal de Torres Novas que apresentou os “Contributos da Proteção civil da Câmara de Torres Novas, no âmbito da geminação com o Município da Ribeira Grande de Santo Antão.”

Nesta apresentação foi dada ênfase à cooperação existente há já 15 anos, entre a Câmara Municipal de Torres Novas e o Município da Ribeira Grande de Santo Antão. Entre os apoios dados por esta cooperação destacam-se as ações que permitiram dotar a Ilha de Santo Antão, da primeira força de bombeiros voluntários que houve em Cabo Verde e que o quadro abaixo resume.

COOPERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS COM O MUNICÍPIO DE RIBEIRA GRANDE

MATERIAL	
1998	A primeira viatura de combate a incêndios, com a capacidade de 1600 litros; 1 Motobomba portátil participada pelo Serviço Nacional de Bombeiros.
2001	1 Viatura de combate a incêndios 4x4; Várias peças de fardamento; 2 Laços de mangueira; 30 Conjuntos de manuais, para formação de bombeiros; 20 Manuais de primeiros socorros destinados à delegação da cruz vermelha na ribeira Grande de Santo Antão; 6 Caixas de papel A4, para fotocópias.
2003	556 Peças de fardamento (camisas, calças, bonés, botas) cedidos pela Liga dos Bombeiros Portugueses; 25 Conjuntos de manuais, para formação de bombeiros.
2005	1406 peças de fardamento cedidas pela Liga dos Bombeiros Portugueses
2006	1 Fotocopiadora; 30 Pares de divisa de 3ª classe; 6 Pneus com câmara-de-ar, para a viatura de combate a incêndio; 15 Laços de mangueira oferecidos pela fábrica RENOVA.
FORMAÇÃO	
1998	Formação de Motoristas com viaturas Magirus.
1999	Formação de 21 bombeiros com entrega de diplomas e respetivas insígnias, ficando assim criada a primeira secção dos bombeiros Voluntários da Ribeira Grande da Ponta do Sol.
2001	Formação de 28 novos bombeiros, criando a 2ª secção na povoação de ribeira Grande.
2003	Formação específica de várias disciplinas relacionadas com segurança individual, bem como ações práticas no terreno sobre incêndios florestais.
2005	Formação conjunta com os Bombeiros da Ribeira Grande e Porto Novo sobre incêndios urbanos, industriais e florestais.
2007	Formação de 43 novos bombeiros em Chã de Igreja criando a 3ª secção naquela localidade.
2009	Reciclagem de vários materiais e formação específica do pronto-socorro florestal pesado.
2010	Apresentação sobre a dengue e entrega de vários materiais sanitários; Elaboração de um Regulamento Interno para o Corpo de Bombeiros Voluntários da ribeira Grande,

* * *

A última apresentação do período da manhã pertenceu ao Dr. Carlos Estibeira que falou sobre os “Riscos Costeiros e as Vulnerabilidades Costeiras.”

A Erosão costeira é um processo dinâmico em que é impossível travar, apenas existe a possibilidade de prevenir utilizando medidas mitigadoras.

O maior problema que se verifica é a ocupação humana, porque vai aumentar exponencialmente os riscos existentes. Vai haver erosão nas arribas, falésias ariais o mar vai penetrar e o ser humano fica em risco devido às construções no litoral.

Os principais riscos existentes são os movimentos de massa de vertente, galgamento oceânico/inundação, erosão do cordão dunar e erosão da praia emersa.

Nos movimentos de massa de vertente pode-se indicar três casos tipo:

- Tombamento;
- Quedas de blocos;
- Escorregamento planar.

O município de Cascais tem cerca de 22 km de costa em que 55% dele é talhado em arribas.

Os fatores condicionantes externos são:

- Ação erosiva das ondas do mar (abrasão, vibração);
- Escorrência superficial;
- Infiltração e circulação de água subterrânea;
- Imposição de vibrações e sobrecargas (atividade antrópica).

Os fatores condicionantes internos são:

- Degradação progressiva das características de resistência dos materiais que compõem o maciço rochoso;
- Natureza dos materiais (composição, grau de meteorização e estrutura do maciço),

Estes fatores internos e externos vão contribuir para redução das condições de estabilidade.

Como estratégias de mitigação do risco falou-se de:

- Levantamento dos locais de risco, através de visitas anuais, fazendo levantamento fotográfico e identificar no sistema de informação geográfico;
- Implementação de medidas preventivas, o que se deve fazer de forma a prevenir estes mesmo locais de riscos identificados;
- Monitorização

Levantamento e análise de riscos:

- Levantamento fotográfico;
- Criação de perímetros de segurança;

Entre as medidas mitigatórias são possíveis ações de saneamento de blocos instáveis utilizando máquinas que em princípio qualquer município dispõe.

Outra questão bastante importante é a sensibilização, a qual, enquanto tarefa dos serviços municipais de proteção civil, deve ser desenvolvida com recurso a edição de panfletos, cartazes, desdobráveis e sempre que possível palestras e divulgação desses mesmos panfletos para que as crianças comecem a adotar comportamentos de prevenção de risco. É através da sensibilização que é possível alterar as mentalidades, e através dos jovens e crianças que se mudam atitudes e se alteram consciências. Existe também o instrumento sinalização, com instruções pré-definidas que se colocam em locais de risco.

Quando não se consegue saneamento de arribas é necessário passar para as obras pesadas como por exemplo o betão projetado para prevenir a queda de blocos rochosos, as redes metálicas de proteção e muros de suporte. Na parte de monitorização é elaborado um documento onde se assinalam todos os locais considerados de risco. Neste documento também consta a localização das placas de sinalização colocadas nos locais de risco.

A metodologia utilizada é a seguinte, normalmente há uma queda de blocos, o Serviço Municipal de Proteção Civil ou a Autoridade Marítima comunica à Agência Portuguesa do Ambiente e as três entidades vão ao local e definem qual o melhor método a utilizar.



DIA 12 DE OUTUBRO DE 2011 – PERÍODO DA TARDE

TEMA	ORADOR (ES)
Voluntariado em Proteção Civil: preparação da população para a emergência	Dra. Sofia Baltazar – Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa
Avaliação do risco Sísmico na Cidade de Maputo	Dr. Sulemane Mamad
Construções?? Suas implicações	Dr. José Marcelino – Administração Municipal do Huambo

A primeira interveniente do período da tarde foi a Dra. Sofia Baltazar que apresentou o tema “Voluntariado em Proteção Civil: preparação da população para a emergência”

A oradora salientou que os episódios de catástrofes naturais são recorrentes em todo o mundo e constituem uma preocupação crescente.

As Nações Unidas instituíram, em 1989, o dia 13 de Outubro, como o **DIA INTERNACIONAL PARA A REDUÇÃO DE DESASTRES NATURAIS**.

Desde 2010, Lisboa integra a Plataforma Internacional das Cidades Resilientes da UNISDR - *United Nations International Strategy for Disaster Reduction*.

O objetivo do planeamento local de emergência é a preparação das Juntas de Freguesia, voluntários e comunidade para fazer face a situações de emergência grave ou catástrofe, uma vez que as primeiras medidas de socorro são geralmente prestadas pelas populações locais.

Procurou-se dotar as Freguesias de:

- Plano local de emergência (PLE)
- Centro de operações de emergência
- Voluntários de proteção civil
- Promover informação à população

O PROJETO NAS FREGUESIAS é um processo com 10 anos:

- 2001 – Criado o projeto PLE pelo Serviço Municipal de Proteção Civil;



- 2005-2010- Aderiram 5 freguesias dos bairros históricos da cidade (São Cristóvão e São Lourenço; Sé; Santo Estêvão; Santiago; Santa Engrácia) e uma Associação de Residentes (ART Telheiras), com grupos de Voluntários de Proteção Civil;
- 2010- 2011 – Relançamento do projeto, em virtude da nova Lei de Bases da Proteção Civil (Lei 27/2006, de 3 Julho), em que é reconhecida a constituição e atribuição de tarefas às Unidades Locais e ao Presidente da Junta de Freguesia.

A interveniente apresentou uma estatística do sismo de Kobe em 1995 que indica que a maioria dos resgates em habitações é feita por membros da família ou vizinhos e por isso torna-se tão importante a sensibilização e formação desses municípios em conjunto com as freguesias.

A cidade está dividida em 53 freguesias, todas elas, com características muito diferentes. Em termos de voluntários existem actualmente 377 inscritos que se encontram distribuídos por estas freguesias.

Perfil do voluntário de proteção civil:

- Ser maior de 18 anos e residir ou trabalhar na freguesia;
- Disponibilidade para reuniões periódicas, ações de formação, exercícios e simulacros (anuais);
- Capacidade para trabalho em equipa e em conjunto com o Executivo da Junta de Freguesia-

Ao acolherem este projeto todas as freguesias de Lisboa têm a possibilidade de inscrever os seus voluntários em ações de formação no âmbito da Proteção Civil.

A missão do voluntário de proteção civil é constituir equipas, com elementos da população local, que em regime de voluntariado, se comprometem a desempenhar um conjunto de missões, sob coordenação da junta de freguesia.

São estas missões de carácter preventivo:

- Identificação de riscos e vulnerabilidades
- Identificação de locais de apoio à população
- Levantamento de meios e recursos
- Informação e sensibilização da população sobre medidas de autoproteção

E em situação de emergência:

- Apoio na evacuação da população
- Primeira avaliação de danos
- Assistência à população

- Apoio logístico
- Avisos à população

É importante que estes voluntários tenham alguma formação básica no âmbito da proteção civil pois normalmente são estes a fazer o primeiro auxílio às vítimas, como podemos constatar com o que aconteceu no México em 1998, em que em média morreram 2 voluntários por cada vítima salva nos escombros.

Neste sentido foi preparada uma formação base destes voluntários em que os temas abordados foram no âmbito e domínio de atuação da proteção civil e planeamento local de emergência, ações sobre risco sísmico e comportamentos de autoproteção, primeiros socorros e ação teórico-prática sobre manuseamento de extintores.

Foi realizado com estes voluntários um exercício LIVEX para testar a preparação e a capacidade de resposta das Juntas de Freguesia e as suas equipas de voluntários.

Cenário do exercício LIVEX:

- Sismo na cidade de Lisboa, com intensidade elevada, danos em edifícios, ruas obstruídas, focos de incêndio, feridos, mortos e desalojados.

Entidades envolvidas:

- 5 Juntas de Freguesia (Anjos, Santo Estêvão, Santiago, Sé, São Cristóvão e São Lourenço)
- 5 Entidades envolvidas: SMPC, RSB, PM, PSP e Voluntários,
- Rede de Emissores Portugueses
- 150 Participantes

OUTROS EVENTOS

- Poster sobre PLE e palestra para os Voluntários de Proteção Civil sobre 'Riscos na Cidade de Lisboa', no âmbito das comemorações do Dia Internacional para a Redução de Catástrofes (13 de Outubro 2011);
- Comunicação "O Planeamento Local de Emergência e Voluntariado: passos na redução de catástrofes", na VI Conferência Internacional para a Redução de Catástrofes (28 Setembro 2011);
- Comunicação "Planeamento Local de Emergência e o Projeto de Voluntariado", nas comemorações do Dia da Europa (Maio 2011);
- Comunicação "Planeamento Local de Emergência e o Projeto de Voluntariado", no âmbito do Ano Europeu do Voluntariado (Fev.2011);
- Adesão de Lisboa à Campanha Cidades Resilientes, das Nações Unidas (2010)
- Ações de sensibilização à população sobre diversos riscos e medidas de autoproteção (nomeadamente em Centros de dia);



- Reuniões de trabalho com as Juntas de Freguesia e voluntários, para acompanhamento e apoio ao desenvolvimento do PLE;
- Elaboração de cartografia para apoio aos levantamentos de vulnerabilidades e meios e recursos;
- Apoio na preparação de trabalho com os voluntários;
- Incentivo à dinamização do trabalho com o voluntariado

DIFICULDADES

- Inculcar nos executivos das JF a importância da existência de uma cultura de segurança;
- Falta de investimento no projeto pela maioria das Juntas de Freguesia;
- Dificil compromisso, por parte de alguns voluntários, em estarem presentes nas datas assumidas;
- O trabalho é frequentemente desenvolvido em horário pós-laboral;
- Atuais restrições orçamentais colocam alguns constrangimentos e exigem maior sacrifício e imaginação na gestão do projeto.

PONTOS FORTES

- Proximidade do SMPC aos executivos das Juntas de Freguesia e à comunidade em geral, com o objetivo de apelar a uma cultura de segurança;
- Elaboração do Plano Local de Emergência (PLE) e constituição do Centro de Operações de Emergência (COE) nas JF;
- Sensibilização da população para a temática da segurança (Riscos, Prevenção e Autoproteção);
- Criação e formação do Voluntariado de Proteção Civil.

PERSPETIVAS FUTURAS:

- Desenvolvimento de estratégias de reforço do envolvimento dos executivos das Juntas de Freguesia no projeto;
- Calendarização anual, em articulação com cada Junta de Freguesia, do trabalho a ser desenvolvido e acompanhamento do trabalho;
- Reestruturação do plano de formação para o voluntariado, com certificação do curso de voluntário de proteção civil;
- Dinamização dos voluntários através da realização de atividades regulares;
- Envolvimento dos voluntários em situações de emergência do quotidiano (sob direção do SMPC) e apoio em eventos da cidade, de forma a rotinar procedimentos;
- Adaptação à nova divisão administrativa da cidade.



* * *

O seguinte orador, o Dr. Sulemane Mamad apresentou o tema, “Avaliação do Risco Sísmico na Cidade de Maputo.

Geograficamente a Cidade de Maputo está localizada no sul de Moçambique. O município tem uma área de 346,77 km² e uma população de 1 094 315 (Censo de 2007) o que representa, um aumento de 13,2% em dez anos (censo anterior-1997).

A abordagem do Programa Global de Identificação do Risco – GRIP, parte da avaliação do problema para compreensão da sua magnitude, de modo a planear e implementar os planos de todas instituições com a participação ativa de todos os membros da sociedade. Este projeto tem como instituições coordenadoras o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como a parte financiadora o Instituto de Gestão de Calamidades gestora do projeto, a Universidade Eduardo Mondlane como coordenador técnico e o Conselho Municipal de Maputo quem executa o projeto.

De acordo com o mapa sísmico de Moçambique a cidade de Maputo não é muito vulnerável mas pela sua organização decidiu-se que tinha de ser o município piloto para posteriormente se poder disseminar essa informação pelas régias mais vulneráveis.

O abalo sísmico de Machaze em 2006 colocou em evidência a vulnerabilidade do Município de Maputo e não só. Esta ocorrência enquanto fenómeno geológico despertou a consciência de todos, sobre a necessidade de desenvolver ações de avaliação do risco de sismos.

Como efeitos desse sismo houve 4 mortos, 27 feridos, cerca de 160 edifícios ficaram danificados e houve falha na energia.

A avaliação do risco sísmico em Maputo é feita para se conhecer os possíveis danos que podem advir de uma situação sísmica nos edifícios e infraestruturas, prevenir a população de modo a baixar o número de mortos e feridos. Permite delinear a estratégia e o plano de resposta a emergências, bem como identificar medidas de redução de risco, tais como, melhorar os padrões de construção e planeamento urbano, promover a sensibilidade para a prontidão sísmica individual e coletiva e elaborar o plano para a reposição rápida de infraestruturas danificadas.

A metodologia e o Software que está a ser utilizado é o RADIUS (*Risk Assessment Tools for Diagnosis of Urban Areas Against Seismic Disasters*) projeto cuja missão principal é a promoção de atividades para a redução de desastres sísmicos em áreas urbanas a nível mundial, particularmente nos países em via de desenvolvimento. Esta é uma ferramenta simplificada baseada no Excel, desenvolve cenários de destruição por sismos e planos de ação. Este programa funciona, basicamente, tendo em conta os solos. São considerados quatro categorias distintas de solos: o *hard rock* (rocha dura), *soft rock* (rocha parcialmente consolidada), *medium soil* (solo moderadamente consolidado) e o *soft soil* (solo friável – solto).

Para tal existem vários critérios de classificação das construções nomeadamente, o material empregue, a sua idade, o uso e outros atributos relacionados com as mesmas. No RADIUS são 10 categorias adotadas pelos países da América Latina, e esta classificação pode ser usada também pelos países em via de desenvolvimento, sendo esta:

RES1	Edifícios informais construídos de alvenaria ou madeira, sem nenhum projeto de engenharia e controle de qualidade adequados durante as obras de construção, maioritariamente de piso único
RES2	Edifícios residenciais médios feitos de estrutura de betão armado ou paredes de alvenaria com suporte de peso com 1 ou 2 pisos.
RES3	Antiga casa de alvenaria de pedra deterioradas (arenito vermelho) em lama e/ou argamassa de calcário, com 2-3 pisos. Os antigos prédios residenciais também enquadram se nesta categoria.
RES4	Vivenda moderna construção de estrutura de betão armado com o projeto de engenharia controle de qualidade de construção. Prédios residenciais modernos.
EDU1	Edifícios escolares com dois ou mais pisos feitos obedecendo projetos de engenharia com qualidade de controlo de construção composta por estruturas de betão armado e paredes de alvenaria.
EDU2	Edifícios escolares de piso único obedecendo obras de engenharia e com estruturas de betão armado e com paredes de alvenaria
MED1	Edifícios hospitalares, hospitais provinciais
MED2	Edifícios hospitalares Postos/ centros de saúde
COM	Centros comerciais lojas feitas com base de estruturas de betão e paredes de alvenaria, mercados informais com bancas feitas com base no material precário.
IND	Construções com base de estruturas de betão e paredes de alvenaria para fins industriais (fabricas)

O princípio do método utiliza determinados dados de “input” como a região alvo sobreposta em grelhas, população e sua distribuição, inventários de número de construções e sua distribuição, características dos solos etc. Como “outputs” considera-se a intensidade do tremor, possíveis danos nas construções, impactos humanos etc.

* * *

A última apresentação deste encontro, da responsabilidade do Eng.º José Marcelino, Administrador Municipal do Huambo incidiu sobre as “Construções? Suas implicações.”

O último censo de Angola foi elaborado em 1972, e a população de Huambo ronda entre os 800 mil e 1 milhão de habitantes.

O orador começou por referir que abaixo da Administração Municipal, não existe, na sede do município qualquer estrutura de apoio com suporte jurídico (tipo juntas de freguesia), o que torna difícil a gestão de uma cidade desta dimensão. Quando se fala em estruturas de base não se referiu apenas a infraestruturas, mas também a pessoas qualificadas. Na Administração Municipal de Huambo do conjunto de funcionários (cerca de 600), apenas 10/15% são técnicos superiores e grande parte destes não estão enquadrados salarialmente como tal, provocando o desinteresse, absentismo e corrupção facilitada.

A apresentação, abordou as construções que actualmente se fazem no Huambo, sem qualquer sustentação técnica. Disse ainda, não se pretender de momento, conseguir qualquer solução definitiva mas, apenas assegurar formas sociais de controlo e adaptação feitas com base na realidade actual e pretendendo, essencialmente, minimizar os problemas de segurança e de saúde pública, evitando a todo o custo o recurso a medidas punitivas e coercivas severas, nesta fase controlando e adaptando o existente e impedindo o seu avanço descontrolado.

No Huambo, existem centenas de projectos que embora financiados, implementados ou em fase de implementação, não serão funcionais pois, não foram efectuados quaisquer estudos prévios, nem foram tidas em conta a ideia e ou vontade dos potenciais beneficiários.

Em relação às particularidades de Angola no contexto da UCCLA, o país enfrenta dificuldades na mudança de mentalidades e a extensão do país não ajuda a que estas sejam fáceis de implementar, pois o vontade e aspirações políticas ainda têm muito mais valor que as bases administrativas e legais que se pretendem e devem aplicar. Por outro lado, a aplicação dos modelos de desenvolvimento exógenos, cria muitos constrangimentos e dificuldades pela sua inadaptabilidade à realidade do país.

A cidade de Huambo está preparada estruturalmente para cerca de 300 mil habitantes mas, tem uma carga habitacional pelo menos três vezes superior.

Em relações às novas construções, o centro urbano assenta na mesma estrutura de 1975 e hoje o grande problema é que existem cerca de 400 habitações ilegais por hectare. Acontecem situações, em que o número de pessoas que vivem num T2 pode chegar a 10 e, é comum haver dois casais, com uma média de 5 filhos por casal a viver numa

mesma residência. O que acontece, face às condições referidas é que apesar de haver planos directores muito bem executados, na realidade esses planos não são aplicados nem executados por não haver ou não serem sustentáveis as alternativas propostas. A cidade possui apenas esgotos pluviais e em média chove 1400mm/ano. A solução, a curto prazo para os esgotos domésticos com o poço roto degradado, era o desvio destes para a rede pluvial e a utilização de sifões nos sumidouros, com a instalação de uma estação de tratamento de águas residuais a jusante.

O maior problema de segurança e protecção civil, são as construções baratas e frágeis, de fácil implementação, em que mais de 80% são construídas em zonas de risco.

O orador falou ainda do tipo de pessoas que está associada a estas construções, referindo em primeiro lugar as vulneráveis, de baixo rendimento, semianalfabetas, com poucos recursos financeiros e que recorrem a zonas de risco, único espaço possível para com os seus recursos puderem construir as suas casas. A seguir temos o especulador ou intermediário, pertencente também uma classe baixa, que na maior parte das vezes agindo a mando de alguém (funcionário médio do Governo, Administração ou outra qualquer Instituição) aplica esquemas e negocia esses espaços, vendendo-os por vezes a mais do que uma pessoa. O último grupo, para os pessimistas uma classe em vias de extinção e para os optimistas uma classe em ascensão, fruto da nova dinâmica que se pretende aplicar em Angola e, sob a qual se revêem o próprio administrador e os seus colaboradores directos, na maior parte das vezes desapoitados pelo poder judicial ainda débil e com fortes ligações políticas de contestação e oposição destrutiva, agravada pela pseudo independência total do poder político.

Para terminar concluiu que uma das soluções tentar combater a explosão do mercado imobiliário e de construção, seria a vulgarização do sistema de distribuição das terras para construção, com a transformação da informalidade para a legalidade e a aplicação de taxas justas, evitando assim as isenções, combatendo a fuga ao fisco e principalmente combatendo a pobreza interior do cidadão mais vulnerável que, pagando as suas contribuições por mais baixas que estas sejam, lhes possibilitará o aumento do seu ego e lhe abrirá horizontes para o exercício de uma cidadania presente e actuante.

* * *

No final da tarde do primeiro dia de trabalho foi efetuada uma visita técnica guiada às instalações onde fica situada a Sala de Operações Conjunta (SALOC), pelos participantes do encontro. Trata-se de um espaço comum de comunicação, destinado ao Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), Polícia Municipal (PM), Departamento de Protecção Civil (DPC) e Polícia Florestal (PF), fazendo com que as estruturas de Segurança, Protecção e Socorro se articulem a partir deste sítio.



Antes disso foi possível visitar igualmente o museu dos bombeiros, onde estão expostos os diversos equipamentos, de diferentes épocas utilizados nas operações de combate a incêndios, resgate, etc e que resume de uma forma geral a história dos serviços de bombeiros em Portugal, desde a sua criação.

VI. CONCLUSÃO

Este 2.º Encontro, ao qual assistiram cerca de 70 pessoas das quais representantes de várias cidades UCCLA de Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique e Portugal, correspondeu de modo adequado e decorreu de forma bastante satisfatória face às expectativas das entidades organizadoras e participantes. As apresentações com incidência em problemas e ocorrências diversas foram de grande qualidade, pelo seu conteúdo, importância e actualidade.

A diversidade referida, seja na previsão e preparação das populações face ao risco sísmico (Portugal, Moçambique), sejam erros de construção, na sua qualidade e localização, que potenciam risco permanente a vulnerabilidade acrescida (Cabo Verde, Angola), riscos decorrentes de derrocadas, enxurradas e ausência de sistemas de prevenção (Portugal, Cabo Verde) como a referência a mecanismos, atividades e soluções em curso, visando situações que respeitam a todos os países presentes, foram tratados com rigor, detalhe e sentido profissional neste Encontro.

O Encontro permitiu um grande convívio e uma excelente oportunidade para estabelecer um conjunto de relações pessoais e institucionais que se deseja ver continuadas e reforçadas mediante o desenvolvimento de novas formas de partilha e de mecanismos de permanente contacto, como seja o recurso ao *blog* da rede, prolongando e consolidando no tempo as virtualidades e objectivos da Rede para além da realização deste seminário.

Constatou-se e é de salientar a circunstância da protecção civil continuar a ser uma área que se encontra ainda bastante deficitária em alguns países membros. No entanto é notável os esforços que estão a ser feitos para que uma cultura de segurança e prevenção seja implementado, com o objetivo de se conseguir chegar mais perto da população a fim de prevenir consequências que podem conduzir a um desastre.

Do encontro, cumpridos que foram os seus objectivos, com destaque para a qualidade das comunicações acompanhadas de debates enriquecedores, resultou um conjunto de recomendações importantes, nomeadamente:

- O reforço da capacidade institucional dos serviços, associações e outros com intervenção na Protecção Civil;
- O reforço da capacidade operacional mediante investimento na aquisição de meios próprios, (viatura de combate a incêndios, ambulância, etc.);
- A melhoria de infra-estruturas, integradas em planos específicos (PDM, PDU, etc), tendo em vista, a problemática das precipitações e riscos associados;



- A realização de estudos chave necessários à resolução de problemas urgentes e importantes no domínio da Protecção Civil;
- A melhoria na coordenação de meios, incluindo os tecnológicos nacionais e humanos, indispensáveis em situações de emergência e maior articulação entre as instituições, com responsabilidade na área da Protecção Civil, na gestão de catástrofes;
- O reforço nas ações de educação, sensibilização e informação à população e em particular às crianças das escolas e jardins infantis, relativamente aos riscos em geral, que as leve a adotar comportamentos de autoproteção e boas práticas em situações de risco ou desastre;
- A divulgação das ações desenvolvidas para aumentar a perceção do sentimento de segurança das populações, principalmente, pelos intervenientes que lidam diretamente com essas situações;
- A articulação e cooperação com os organismos internacionais que poderão vir ser acionados, em casos de emergências, quando a capacidade de resposta nacional não for suficiente;

